



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 1

Livro:Pág.340

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Ao décimo quinto dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia da União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela, em Sessão Ordinária, no Polo de Monserrate, localizado na Alameda João Alves Cerqueira, nº 470, 4900-050 Viana do Castelo, tendo a mesma sido presidida por José Manuel Silva da Cunha, presidente da Mesa da Assembleia, e secretariada por Cândido José Maciel Carvalho (1º secretário) e Maria Margarida Pereira Borges Gonçalves (2º secretário).----

O Executivo da União das Freguesias fez-se representar por Maria Helena Adrião de Castro Brito (Presidente), António José Rodrigues Soares Basto (Secretário), António Rui Viana Fernandes da Ponte (Tesoureiro) e pelos Vogais Rui Manuel Pimenta Salgueiro, Maria Eugénia Correia de Castro Jácomo, Manuel José Freitas Cadilha e Rogério Manuel de Amorim Barros. -----

Conforme Folha de Presenças, compareceram os membros da Assembleia António Amorim Carvalhosa, Célia Maria Mesquita Ribeiro, Daniela Patrícia da Silva Gonçalves da Rocha, Fernando Domingues Afonso de Miranda, Jaime Miranda Caridade, João Eduardo Chavarria, José da Costa Calçada, José Emílio da Rocha Antunes Viana, José Manuel de Castro Filgueiras, Manuela Passos Silva, Maria da Conceição Barbosa Azevedo, Mariana Pinheiro Coutinho de Almeida, Ricardo Manuel Ribeiro Forte, Tiago Fernandes Oliveira (**doc. nº 2**). -----

O eleito José Luís Carvalhido da Ponte comunicou a sua renúncia ao lugar da Assembleia de Freguesia (**doc. nº 3**), o qual foi substituído pelo membro imediatamente a seguir na lista de candidatos, Célia Maria Mesquita Ribeiro. -----

Verificou-se a ausência justificada de Amadeu Morais Bizarro (**doc. nº 4**), substituído por João Eduardo Chavarria; Ana Margarida Rodrigues Ferreira da Silva (**doc. nº 5**), substituída por Paulo José Soares Teixeira (**doc. nº 6**), por sua vez este substituído por Rita Joana Guerreiro e esta substituída por Jaime Miranda Caridade; Laurinda de Sousa Figueiras (**doc. nº 7**), substituída por Manuela Passos Silva; Sara Maria Marques da Silva Gorito (**doc. nº 8**) substituída por Mariana Pinheiro Coutinho de Almeida; Vítor Manuel Antunes da Silva (contacto telefónico), substituído por António Amorim Carvalhosa.-----



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 2

Não compareceram e não se fizeram substituir os seguintes eleitos: José Carlos Rego da Silva Oliveira Freitas e Raquel de Sousa Amorim. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia, tendo em atenção a renúncia de um membro da Assembleia e a necessidade de proceder a tomada de posse, propôs que em aditamento à Ordem de Trabalhos, previamente distribuída, fosse acrescentado um ponto de Tomada de Posse de um Eleito, nos termos do artigo 8º, nº 3, da Lei 169/99, de 18 de setembro, o que foi aceite por unanimidade. Assim, a Ordem de Trabalhos passou a ser a seguinte: -----

ORDEM DE TRABALHOS: (Doc. nº 1) -----

A – TOMADA DE POSSE – nos termos do art.º 8º, nº 3, da Lei 169/99, de 18 de setembro, de um eleito -----

B - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

C. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1º - Aprovação da Ata nº 4 da reunião da Assembleia Freguesia anterior; -----

2º - Informação da Presidente; -----

3º - Apreciação e votação do Regulamento de Tabelas e Taxas para o ano 2023; -----

4º - Apreciação e votação relativa às Grandes Opções do Plano, ao Orçamento, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Mapa de Pessoal para o ano de 2023; -----

5º - Toponímia – novos arruamentos em Monserrate; -----

6º - Outros assuntos de interesse para a Freguesia. -----

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO. -----

Não houve qualquer objeção à ordem de trabalhos apresentada, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Entrou-se no período da Ordem de Trabalhos. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: Começou por agradecer a presenças dos eleitos, da imprensa e do público. -----

Justificou o motivo de a Assembleia, mais uma vez, ser numa quinta-feira e não numa sexta-feira, com o facto de para amanhã estar agendada a Assembleia Municipal, havendo eleitos que nela também comparecem. -----

A pedido do técnico de som, solicitou a todos os presentes que quando intervissem falassem com o microfone o mais perto possível da boca para tornar a gravação mais audível. -----



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 3

Informou, ainda, das várias substituições de eleitos, conforme constam dos documentos, e da comunicação verbal que lhe foi feita pela Dra. Manuela Silva de que iria chegar um pouco atrasada por motivos de ordem pessoal, que esta lhe perguntou se havia lugar a substituição, e que a informou não valer a pena; quando chegasse tomaria ao seu lugar. -----

Que dois elementos eleitos ainda não tinham chegado, José Carlos Freitas e Raquel Amorim, e ainda não lhe tinham feito chegar qualquer comunicação.-----

Informou ainda, que o eleito José Luís Carvalhido da Ponte comunicou a renúncia ao lugar da Assembleia de Freguesia e teria de ser substituído pelo membro imediatamente a seguir na lista de candidatos, Célia Maria Mesquita Ribeiro, que tomaria posse de imediato. -----

Embora José Luís Carvalhido da Ponte não estivesse presente, pediu que lhe fosse transmitida uma saudação pelo seu percurso autárquico, desejando-lhe todas as felicidades do mundo. -----

Entrando na Ordem de Trabalhos, já aprovada:-----

A. TOMADA DE POSSE - nos termos do art.º 8º, nº 3, da Lei 169/99, de 18 de setembro, de um eleito. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, José Manuel Silva Cunha, nos termos do disposto no artigo nº 8º, nº 3, da Lei 169/99, de 18/setembro, após a verificação da sua identidade, deu posse à eleita Célia Maria Mesquita Ribeiro. (**doc. nº 9**). -----

Terminado o ato de posse, saudou a agora eleita como membro da Assembleia de Freguesia, desejando-lhe tudo de bom, esperando dela, como de todos, a melhor colaboração no trabalho em prol da união das freguesias. -----

B. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

B.1 Não houve intervenções. -----

Foi apresentado, pela Mesa da Assembleia, um **voto de pesar** pelo falecimento de **António Domingues Afonso de Miranda**, irmão do eleito Fernando Domingues Afonso Miranda, o qual foi **aprovado por unanimidade (doc. nº 10)**. -----

Pelo Agrupamento Político do PSD/CDS, foram apresentados dois **votos de pesar**, pelo falecimento dos cidadãos **Armando Miranda de Sousa e José Benjamim Gonçalves Pequeno**, os quais foram **aprovados por unanimidade**. -----

- O Agrupamento Político do PSD/CDS apresentou três **moções**. A primeira, a propor ao Município a **"atribuição do título de Instituição de Mérito ao Grupo Desportivo da Meadela"** (**doc. nº 11**); a



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 4

segunda, intitulada “Regularização da utilização balnear e designação de Praia Fluvial de Argaçosa” (doc. nº 12); a terceira, “Veículos de emergência – instalação de semáforos – Bombeiros Sapadores e Bombeiros Voluntários” (doc. nº 13). -----

Tiago Oliveira: interveio, a pedido do Senhor Presidente da Mesa, para fazer o enquadramento das três moções apresentadas pelo Agrupamento Político do PSD/CDS, antes de serem postas à votação, começando pela ordem referida pelo Presidente da Mesa e dizendo: que em janeiro a Câmara Municipal vai proceder à atribuição de títulos honoríficos em cerimónia pública e embora o dia da cidade seja no dia 20 agosto não quer dizer que a cerimónia seja necessariamente feita neste dia. As Assembleias de freguesia, os Executivos, os Vereadores e também grupos de cidadãos, podem fazer propostas para que sejam condecoradas pessoas ou instituições. É isso que tem acontecido nos últimos anos. A Câmara Municipal, em reunião à porta fechada, tentará consensualizar as propostas, acautelando que as pessoas ou instituições que não venham a ser consensuais e, por isso, não recebam aprovação unanime sejam salvaguardadas publicamente; tendencialmente este processo é o mais reservado possível. Esta Assembleia pode propor à Câmara Municipal – não se recorda se alguma vez o fez – não tem informação disso. A proposta do PSD vai no sentido de homenagear o Grupo Desportivo da Meadela que faz 45 anos, segundo a informação pública que conseguiu encontrar, e no ideal deveriam ter mais informação do Grupo Desportivo da Meadela mas a oportunidade que têm é esta. Há três meses atrás não pensou no assunto, isto ocorreu-lhe há três ou quatro dias porque já no mandato anterior era para ter sido feito. Neste caso estamos numa coligação, PSD/CDS, mas na bancada anterior do PSD falamos nisso e, também, houve aqui um critério que foi: não é uma data redonda, critério que a Câmara usou para, na prática, adiar algumas homenagens ou vetá-las. Segundo informação que é pública, que é pouca, do Grupo Desportivo da Meadela, eles não têm o *site* a funcionar neste momento e as pessoas que contactou não conseguiram arranjar mais informação do que a que está no *Facebook*. Se a Assembleia entender por bem, já que não têm outra Assembleia oportuna para a homenagem deste ano, aprovaríamos isto com o compromisso de remetermos à Câmara Municipal um curriculum que o Clube os pode ajudar a ter. O Clube foi fundado em 1977. -----

José Emílio: Não questiona o mérito do Grupo Desportivo da Meadela, mas questiona e reprova o processo. Na sua opinião, deve haver algum carácter de reserva no que são propostas porque cabe aqui alguma exposição que pode ser pública e gerar expectativas que podem ser frustradas, porque



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 5

não cabe à Assembleia de Freguesia a aprovação daqueles que vão ter em determinado momento; é anualmente que assim faz o município e daí poder decorrer algo desagradável, que é a Assembleia de Freguesia ter feito uma proposta que depois, no ano de 2023, não colheu a aprovação do Executivo Municipal. Pelo que sabe, estas atribuições são feitas no âmbito do Executivo Municipal e consensualizadas por este, com a reserva que é necessária. Hoje falamos no Grupo Desportivo da Meadela, mas amanhã podemos falar de um cidadão que tem todo o mérito, que é “exposto na praça pública”, que a Assembleia fez uma proposta e aprovou e depois a Câmara não o fez porque entendeu que o momento não seria o mais conveniente. Não põe em causa o mérito do Grupo Desportivo da Meadela, mas condena este processo pela forma como está aqui a ser apresentado. Com a devida reserva, o PSD tem toda a legitimidade, em função de um regulamento que existe, de fazer diretamente a proposta ao município sem expor publicamente uma instituição ou personalidade que legitimamente pode ver ferida a sua dignidade por não receber a distinção que alguém propôs na praça pública. Isto é o que lhe apraz dizer e, naturalmente, nestas circunstâncias irá abster-se na votação. -----

Tiago Oliveira: agradece a opinião do José Emílio e esclarece que o PSD não pode fazer a proposta diretamente ao executivo municipal, tem de ser a Assembleia. Por isso foi colocada na proposta o excerto do regulamento que é do município - é a forma que as Juntas têm de fazer a proposta – via executivo ou via assembleia de freguesia. O Executivo até pode ter um entendimento diferente da Assembleia e ter uma proposta que é do Executivo e haver uma proposta que é da Assembleia. Todos os partidos que aqui estão, exceto o Bloco de Esquerda, que não tem, até poderiam ter vereadores que tivessem uma interpretação diferente desta bancada. Na Assembleia de Freguesia são uma coligação PSD/CDS e na Assembleia Municipal são duas estruturas completamente diferentes e autónomas. Aqui têm a responsabilidade e o compromisso com os eleitores de responder pelo projeto conjunto que apresentaram e, por isso, não têm essa possibilidade.-----

Fernando Miranda: alguém lhe disse que o Senhor Presidente da Câmara pergunta quais as pessoas a propor para receber o título honorífico nas cerimónias a realizar no mês de janeiro; perguntou se o Grupo Desportivo da Meadela, com 45 anos, também estava proposto, uma vez que outros clubes com menos anos também têm vindo a ser condecorados; o que entendeu foi que o Senhor Presidente da Câmara fala com todos os Vereadores, incluindo os do PSD e da CDU, para que eles apresentem as suas propostas de nomeados para o título honorífico. Depois, a Câmara é que vai



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 6

decidir quais os nomeados. Vir a proposta aqui, não acha muito salutar, isto é o que se está sempre a dizer e depois volta tudo ao que acaba de dizer o José Emílio. Isto deve ser entre a vereação e os representantes de cada partido. Agora, na Assembleia, não sabe qual o intuito. -----

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, José Cunha: interveio para dizer que, sem ferir ninguém, pelo regulamento é legítima a proposta do PSD. Percebe perfeitamente o que o José Emílio disse, mas que é legítimo é, face ao regulamento. -----

Tiago Oliveira: pediu para intervir, para responder ao primeiro considerando que o José Emílio fez ao PSD. Que ele não disse isso, interpretou erradamente, mas não foi por má-fé. Que ele disse: *“se tivéssemos opinião diferente poderíamos usar este instrumento também”*. Mas o mais importante é que o José Emílio não se apercebeu que eles não poderiam formar uma bancada do CDS e outra do PSD. -----

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, José Cunha: após um período de tempo dado ao Tiago Oliveira, um dos proponentes das três Moções apresentadas à Mesa pelo Agrupamento Político do PSD/CDS, e que fez o enquadramento da primeira, foi posta à discussão da Assembleia e submetida a votação, com os seguintes resultados: -----

Primeira moção: propor ao Município a *“atribuição do título de Instituição de Mérito ao Grupo Desportivo da Meadela”* (doc. nº 11), foi **aprovada por maioria**, com quatro (4) abstenções e doze (12) votos a favor; -----

Tiago Oliveira: interveio para fazer o enquadramento da segunda proposta e disse: a praia da Argaçosa fica junto à fronteira entre Santa Maria Maior e Meadela. O que faz a divisão territorial das freguesias é o ribeiro que vem do Parque da Cidade. A fruição balnear que todos temos é numa praia que não está legalizada pela Agência Portuguesa do Ambiente. Tendo em conta que no caso de Viana do Castelo é uma situação privilegiada em que estão garantidos os indicadores de segurança da água, da areia e, todos os anos, é promovida a existência de equipas de Nadadores-Salvadores, estando assim superadas as dificuldades, como acontece noutras praias do género, que têm uso balnear mas não estão legalizadas. Nunca existiu nenhuma Moção sobre isto. Em 2013 a bancada do PSD na altura falou disto várias vezes mas nunca foi apresentada qualquer Moção, mas agora, mais do que nunca, agora que vai ser requalificada a Praça de Touros em Praça Viana, é importante que junto da Agência Portuguesa do Ambiente seja promovida a legalização definitiva deste uso que está enraizado na comunidade e cumpre todos os requisitos e normas de segurança



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 7

necessários. Será um processo que não é difícil e é a Agência Portuguesa do Ambiente que designa que este espaço é uma praia. -----

Esta União de Freguesias pode ter a primeira praia fluvial do município, que na prática já existe, e vir a ter acesso a outros financiamentos, outro tipo de candidaturas, para valorização e investimento futuro. -----

José Emílio: a proposta que é apresentada fará algum sentido para os proponentes. Poderá ser entendível que a praia de Argaçosa não é um local que possa ser usado como tal por não estarem garantidas as questões de saúde pública porque é uma praia ilegal. Poderá o Tiago dizer que não é uma praia ilegal, mas pretendem legalizá-la; é só uma questão de terminologia. Nada move o Partido Socialista contra esta proposta, mas, de facto, a praia é garantida anualmente, o seu uso e a qualidade da água e das areias é verificada. Se esta qualidade não puder ser garantida, já aconteceu durante algum período em que foi dada a indicação pelas autoridades de saúde pública para que não fosse usada. A garantia do uso, dada pela Saúde Pública, já é um facto. A definição, título ou designação a dar à praia, conhecida por praia fluvial, de Praia Fluvial da Argaçosa, terá o seu parecer favorável. -----

Presidente do Executivo, Maria Helena Brito, interveio para esclarecer que a requalificação da zona ribeirinha e da praia da Argaçosa está prevista e vai ser iniciada no próximo ano. Só não o foi este ano ainda, por questões de financiamento, mas que garantidamente no próximo ano vai ser intervencionada e vai ser melhorada. Não sabe se é oportuno estarem a adiantar, antes de estar feita a requalificação, se é o melhor momento de fazer esta proposta. -----

Tiago Oliveira interveio para referenciar que é um instrumento e que, como disse, é a primeira praia fluvial. Segundo, não pode ser usada, por exemplo: na promoção turística não pode ser usado em mapa nenhum, a indicação de praia fluvial da Meadela, nem da Argaçosa, nem de Viana do Castelo, não existe. É óbvio que a requalificação existirá, mas, até hoje, nunca a Câmara Municipal referenciou a existência de praia fluvial; estamos a falar da requalificação da praça Viana, e que requalifiquem a zona que hoje é usada como balnear, sim, mas não pode ter uma bandeira azul, por exemplo. Isso é valor, é património. Isto é que valoriza todo o território que temos e valoriza aquela zona especificamente. Também, acha que é decisivo para valorizar a Meadela. Muitas vezes temos dificuldades que o turismo saia do centro histórico; há poucos sítios. No ano passado, o Executivo lembrar-se-á, não estava todo o Executivo presente, mas a Coligação PSD/CDS no âmbito



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 8

do Estatuto da Oposição reuniu com o Executivo e referenciou exatamente a necessidade a propósito, por exemplo, de uma coleção de alfaias agrícolas que a Senhora Presidente referenciou, e da intenção que mantém e está no Plano que nos propõe e vamos debater hoje, falou da coleção das alfaias agrícolas novamente, e no museu. Na altura referenciou: *“sim, mas as alfaias agrícolas há que integrar isso em algo maior, se calhar um museu maior, do mundo rural”*. Foi isto que falou na altura. Este é mais um exemplo de como se tira o turismo do centro histórico, senão temos sempre milhões no centro histórico e não temos roteiros turísticos fora deste numa zona a quinze minutos da Praça de República, tem o trajeto e está noutra paisagem, noutra identidade que é exatamente a identidade que os programas eleitorais de algumas forças políticas aqui também falaram; defender a identidade da Meadela que é diferente, de facto, do ponto de vista paisagístico e do uso do solo, diferente da história de Santa Maria Maior e Monserrate. -----

António Carvalhosa: está de acordo com o que disse a Senhora Presidente do Executivo, dado que há um projeto de requalificação daquele espaço, não seria de aprovar qualquer coisa agora antes do projeto. Se o projeto está em curso seria melhor aguardar por ele, pela sua conclusão. Esta é a sua opinião.-----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: terminadas as intervenções sobre a **segunda moção:** *“Regularização da utilização balnear e designação de Praia Fluvial de Argaçosa”* (doc. nº 12), pôs esta à votação, tendo sido **rejeitada**, com sete (7) votos contra, seis (6) a favor e três (3) abstenções. -----

José Emílio: pediu à Mesa para fazer uma declaração de voto para que conste em ata que se ele fez uma intervenção onde declarava uma intenção, a alteração do seu sentido de voto que tinha originalmente apresentado, resulta do esclarecimento prestado pela Senhora Presidente da Junta, que faz todo o sentido que assim seja. Daí a sua abstenção. -----

Tiago Oliveira: fez o enquadramento da terceira moção que apresentaram, referindo: que os bombeiros voluntários têm de sair com a maior celeridade possível do quartel, independentemente do tipo de ocorrência e, no momento em que estão a sair, muitas vezes, não sabem muitos pormenores e, portanto, é óbvio que é mais simples. Há pessoas dos Bombeiros que já tentaram isto há muitos anos e continuam sem resposta. No mandato anterior já foi aprovada esta Moção, mas não se conseguiu eficácia para que o Executivo conseguisse ajudar a Câmara Municipal a tomar um rumo diferente da situação. Não quer dizer que a Câmara Municipal não possa entender que



não é pertinente. Há que esclarecer as Corporações de Bombeiros se isto é pertinente ou não. É uma forma de reforçar o papel do Executivo a voltar ao tema que foi tratado no mandato anterior. -

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: terminada a intervenção de enquadramento à **terceira moção** sobre: *“Veículos de emergência – instalação de semáforos – Bombeiros Sapadores e Bombeiros Voluntários”* (doc. nº 13), esta foi posta à votação tendo sido **aprovada por maioria**, com três (3) votos contra, uma (1) abstenção e treze (13) votos a favor. -----

Pelas 22,15 horas compareceu a eleita Manuela Passos Silva, conforme anunciado. -----

B.2 - Intervenção do Público: -----

José Borlido, residente na Meadela, interveio para, na qualidade de ex- presidente da Comissão de Festas da Meadela, agradecer a colaboração da autarquia e desta Assembleia nos quatro anos em que foi presidente e nos dezassete em que foi vice-presidente; fala assim porque todos os anteriores Executivos também, sempre, colaboraram com a Comissão de Festas. -----

Congratulando-se, naturalmente, com a eleição da nova direção, referiu que a vida é feita de ciclos e, por isso, entendeu que este deveria ser um ciclo novo. Não deixa de lá estar, mas deixa o cargo de presidente e o lugar de direção.-----

Congratulou-se, também, com a alteração do tipo de iluminação do edifício da antiga escola João Martins Viana que, para além da economia que vai representar no consumo de energia, também embelezou muito mais o edifício.-----

Quis, também, congratular-se com o trabalho de requalificação do parque infantil da Praça Casa do Minho do Rio e, ainda, da dinâmica que já leva. Espera breve requalificação, também, do parque infantil do largo da Ronda Típica da Meadela. Estas infraestruturas são das nossas crianças, que temos, sempre, de cuidar delas porque são o futuro; nós vamos e eles vêm.-----

Congratulou-se, ainda, com a melhoria que este ano foi implementada na iluminação do Centro Cívico da Meadela. -----

Terminou a sua intervenção desejando ao Executivo e aos Membros da Assembleia, um Feliz Natal e que o Novo Ano seja um ano frutífero de trabalho e de dinâmica, em prol da União de Freguesias.

C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

C.1 - Aprovação da Ata nº 4 (doc. nº 14) da anterior sessão da Assembleia de Freguesia. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: depois de perguntar aos presentes se pretendiam intervir ou fazer alguma correção à Ata da Assembleia anterior e de não ter havido intervenções,



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 10

esta foi posta à votação, tendo sido **aprovada por maioria** com catorze (14) votos a favor e três (3) abstenções com declaração de voto por não terem estado nessa Assembleia. -----

C.2 - Informação do Presidente (doc. nº 15). -----

Presidente do Executivo, Helena Brito: interveio para dizer que a informação da Presidente é a continuação do modelo cronológico que tem vindo a ser apresentado em todas as Assembleias.

Que tiveram a última Assembleia no dia 30 de setembro e que esse mês também está incluído no atual documento, embora a maior parte das obras já estivessem projetadas e já foram faladas. Essencialmente, as obras mais importantes foram o painel de homenagem às vítimas dos naufrágios, que toda a gente sabe, e no parque infantil da praça da Casa do Minho do Rio, que foi todo remodelado. Têm estado a investir nos parques infantis e na remodelação dos tanques dos lavadouros da Meadela; não porque esses tanques não pudessem ser utilizados tal como estavam, mas por uma questão de património, para melhorar a imagem e por uma questão de manutenção. Têm previsto a manutenção de um tanque mais difícil, que é o tanque de Fornelos, que está em pior estado e vai exigir um investimento maior. -----

Tiveram nestes três meses algumas reuniões institucionais que consideram terem sido úteis para o Executivo: com os Serviços Municipalizados, com o Horto e com a própria Câmara. Tiveram a reunião plenária de todo o Executivo da Junta com todo o Executivo da Câmara, reuniões que a Câmara vem fazendo com as Juntas e que habitualmente têm uma componente de visita externa que não se realizou no caso da União de Freguesias da cidade, porque não havia nenhuma obra importante em que a Câmara tivesse participado e também pelo adiantado da hora a que se deu a reunião, visto que já era escuro e não dava para tirar fotografias ou fazer vídeos. A reunião foi interna, mas foi profícua; entendem que foi um diálogo construtivo que lhes permitiu esclarecer algumas questões, dessas que vêm há muito tempo a “moer”. -----

Que fez um resumo da informação, mas se quiserem pedir algum esclarecimento, peçam. -----

Outra questão importante destes três meses foi a resolução que encerrou, finalmente, o problema do litígio judicial quanto aos limites com a Areosa e que terminou com decisão do Supremo Tribunal Administrativo, transitada em julgado. O assunto arrumou-se. -----

Tiago Oliveira: pediu, ao Executivo, em nome dos membros da Coligação PSD/CDS, para terem acesso às peças judiciais, se possível. -----



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 11

Presidente do Executivo, Helena Brito; respondeu ao pedido feito pelo membro da Coligação PSD/CDS, dizendo que as pode enviar amanhã. -----

C.3 – Apreciação e votação do Regulamento de Tabelas e Taxas para o ano de 2023 (doc. nº 16). --

Presidente do Executivo, Helena Brito: interveio para dizer que nas taxas têm a proposta de se continuar a cobrar os mesmos valores deste ano, que já eram os do ano anterior. -----

Que há alguma alteração nos preços reais porque há uma inflação prevista de 4% no próprio Orçamento do Estado. -----



Há um aumento nos custos do pessoal porque os vencimentos dos funcionários vão subir, mas esses acréscimos serão suportados pela Junta e não refletidos nos utentes dos atestados, das licenças, etc. -----

Os gatos vão passar, também, a ter registo obrigatório. Houve um período de intervalo da Lei em que só os cães seriam obrigatoriamente registados e não os gatos, mas agora terminou o prazo de espera para registo dos gatos. Ainda vai demorar um bocado, mas não crê que vá trazer um acréscimo visível de receita. -----

José Emílio: a proposta que é apresentada pode ser vista de duas perspetivas: como um ato inútil se não vai ser alterada a Tabela de Taxas, não fazendo nenhum sentido que a Assembleia se pronuncie por uma não alteração da Tabela de Taxas. Parece-lhe um ato inútil. Portanto, não fará muito sentido que nestas circunstâncias esta proposta aqui chegasse à Assembleia de Freguesia. Por outro lado, o que me moverá na votação é que as Taxas nos termos legais têm de refletir um conjunto de custos, e a reformulação de cada uma das taxas reflete custos que lhe estão associadas. A Senhora Presidente, e bem, claramente diz: há custos acrescidos. Nos termos do Lei, esses custos devem ser refletidos nos atos administrativos nas mais diversas documentações que a Junta é chamada a emitir nos diversos procedimentos e, portanto, a Tabela de Taxas devia ter valores diferentes porque o cumprimento da Lei assim obriga. A verificação de que a Junta assim não o fez, obviamente merece o voto contra. A proposta do Regulamento de Tabelas e Taxas para o ano de 2023 apresentada pelo Executivo, após a votação, obteve o seguinte resultado: oito (8) votos a favor, cinco (5) votos contra e quatro (4) abstenções, tendo sido **aprovada por maioria**. -----

C.4 Apreciação e votação relativa às Grandes Opções do Plano, do Orçamento, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Mapa de Pessoal para o ano de 2023 (doc. nº 17). -----




3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 12


Presidente do Executivo Maria Helena Brito: O Plano é mais ou menos a sequência do que se aprovou no ano passado. Desta vez não tiveram os contributos das outras forças políticas, precisamente porque se mantêm as mesmas intenções, com pequenas adaptações; conforme escreveu no documento: *“é uma continuidade natural quanto a objetivos definidos, embora alguns projetos tenham sido remodelados ou moldados em função da experiência entretanto adquirida e de alterações circunstanciais, e vamos seguir com o mesmo empenhamento”*. Isto está na página 4, antes de se falar, propriamente, ponto por ponto, das grandes opções. Tiveram um ano de trabalho empenhado e quando diz que algumas coisas foram modificadas está a pensar, por exemplo, na piscina olímpica, que está completamente fora de questão neste momento, porque a “Cidade Europeia do Desporto” entrou na ordem do dia e o desporto é definido em função de atividades ao ar livre, ciclismo, corridas, etc.. Piscina Olímpica, para agora, não lhe parece que haja dinheiro para ela, nem lhe parece que se enquadre nos objetivos da candidatura que ganhou (Cidade Europeia). Há outras coisas por aí que foi aprendendo. Acha que tiveram experiências interessantes como as Marchas da Ribeira e o intercâmbio com o Bairro Jardim; trouxeram as marchas da Ribeira ao Bairro Jardim e acha que isso foi uma dinâmica nova e que o próprio Bairro Jardim vai começar a pensar em fazer as suas Marchas. Têm tido intervenção mas gostariam que tivesse havido mais contributos das outras forças políticas, como disse, do PSD e do PS. O Plano é um plano de intenções e, a todo o momento, fazem outras coisas e melhoram-no, eventualmente até poderão surpreender ao longo do ano. -----

José Filgueiras: interveio, começando por se referir a alguns tópicos das obras do Plano, já realizadas, que o Executivo se propôs, tais como a concretização do restauro dos parques infantis que, na Meadela, já foi realizado: Bairro Jardim, Bela Vista e Largo Ronda Típica da Meadela, já estão adjudicadas as obras de reparação e restauro e é para concluir. -----

Outra situação que era premente: o Centro de Saúde da Meadela. Obra que foi uma reivindicação da CDU, que muito os satisfaz, que se encontra em andamento, e vai dar melhor qualidade de vida aos utentes da Meadela.-----

Continua o Executivo a pugnar por uma nova configuração do Bairro Jardim; configuração que também é reivindicada pelos moradores através de um abaixo-assinado. O Executivo está empenhado para que esta pretensão dos moradores se venha a concretizar. -----



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 13

Na Ribeira foi realizada outra obra importante: a rampa de encaimento na Doca de Pesca, que estava desativada e era necessária para puxar embarcações para fazerem reparações ou manutenções, que há muito era reivindicado pela Associação Ribeirinha, e que o Executivo muito se empenhou para que fosse concretizada. -----

Outra atividade muito importante, que é a ocupação dos tempos livres, preocupação constante do Executivo, que vem dando continuidade aos anos anteriores, durante os períodos de férias escolares de verão e de Natal das crianças, suportando financeiramente as despesas com as crianças mais carenciadas que frequentam a ATL. -----

Quanto à Praia Fluvial da Argaçosa, que aqui já foi falada em anterior ponto da Ordem de Trabalhos, que teve a persistente pressão de vários Executivos da CDU, que conseguiram demover os constantes adiamentos à sua requalificação por parte da Câmara Municipal. -----

Outro aspeto não menos importante na nossa cidade, que ouvimos, constantemente, uma máxima proferida pela Câmara, de que somos uma “cidade saudável”. Pergunta: como é que podemos ser uma cidade saudável se não existem sanitários para os fregueses e quem nos visita, durante o dia ou a noite, satisfazerem as suas necessidades fisiológicas. Aqui, também, a pressão reivindicativa do Executivo está a ser feita persistentemente, e vai continuar a ser feita no mesmo sentido, sabendo-se que a Câmara assim não o entende, designadamente e mais premente na zona de Monserrate. -----

Recentemente foi feita a rotunda na ex-Somartis, uma das mais antigas reivindicações que a CDU foi fazendo nos seus programas. Congratulando-se e ficando imensamente satisfeitos por finalmente se concretizar. -----

O Cemitério da Meadela, obra que os meadelenses tanto ansiavam, e que finalmente foi concluída. -
Mais não fez o Executivo pela falta de acompanhamento financeiro da Câmara.-----

Quanto ao Orçamento, como se pode ver pela documentação apresentada, o orçamento é de 969.138,00 Euros, ou seja, 80.000,00 Euros em baixa em relação ao orçamento de 2022. Este orçamento é efetivamente um orçamento de contenção, mas acima de tudo realista, que em muito se reflete a não desafetação financeira por parte da Câmara e a situação económica do país. Também referiu a especial atenção dada pelo Executivo de manter a saudável liquidez dos encargos com funcionários e fornecedores, a quem não deve rigorosamente nada. Para que os membros desta Assembleia e o público aqui presente tenham conhecimento: o Executivo Camarário vai



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 14

amanhã propor à Assembleia da Câmara Municipal a aprovação do seu orçamento, em baixa, perto de 11.000.000,00 de Euros, ou, mais concretamente 10.931.060,00 Euros. -----

Antes de terminar a sua intervenção, dirigindo-se ao Executivo, na pessoa da Senhora Presidente, disse ainda: que podem contar com a determinação e disponibilidade da bancada da CDU para trabalhar em prol dos nossos fregueses, porque esse é o seu propósito e o que os mantém aqui. ----

Aproveitou a oportunidade para desejar a todos os presentes um Feliz e Santo Natal. -----

Maria Conceição Azevedo: agradeceu a intervenção do representante da CDU pelas suas palavras, e fez suas as palavras ditas por este representante sobre a questão dos sanitários públicos porque essa foi uma das bitolas da bancada do PSD, há uns anos, porque tentaram a todo o custo em várias reuniões que tiveram com a Câmara, mas também não conseguiram. Não sabe o porquê. Agradece a tentativa por parte da bancada da CDU e subscreve-a.-----

Quanto à falta de colaboração, disse: que a colaboração pode ser dada quando é dado conhecimento e pedida essa colaboração, porque não se vão “infiltrar” no exercício do Executivo, como é lógico. Estará disponível sempre que lhe solicitarem o apoio para ajudar o Executivo, seja no que for, em representação da bancada do PSD/CDS. -----

Quanto à estética que falam, e muito bem, já falou aqui e vai falar novamente. Não consegue entender como é que se pode pôr parques infantis bonitos e com material de qualidade, que subscreve inteiramente, e mesmo ao lado, a um metro de distância, deixar cair num autêntico degredo o coreto centenário; não consegue entender como é possível não ter olhos para ver no Jardim D. Fernando, os outros também não estão em melhor estado, mas este está completamente a cair. Ao lado um parque infantil lindíssimo, com uma belíssima estrutura. Ótimo, bom trabalho. Agora ter aquele coreto que serve sempre, todos os anos, para a celebração das Festas da Senhora D’Agonia para a atuação de Bandas Filarmónicas e conseguem tê-lo naquele degredo. É lamentável. Pensava que a Junta já tivesse feito algo nesse sentido, mas não têm essa informação. Porquê, continua na estaca zero. -----

Mais uma vez subscrevendo as palavras do José Filgueiras, desejou um Bom Natal a todos os presentes e suas famílias com muita saúde. -----

Tiago Oliveira: agradece à Senhora Presidente e pergunta-lhe se não quer aproveitar para os esclarecer quais os compromissos que estão para trás. Que apresenta uma rubrica que fala nos compromissos não cumpridos por parte da Câmara Municipal e a bancada do PSD/CDS agradece,



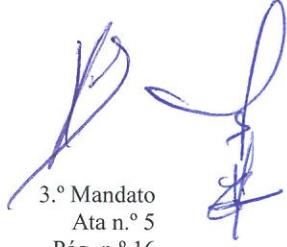
3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 15

quando oportuno, lhes seja fornecido quais são os compromissos que no entendimento da CDU não foram cumpridos; quantias que estão envolvidas e que tipo de projetos eram, porque essas informações não têm. -----

José Emílio: interveio para dizer: que neste caso, resumindo um pouco, usando uma expressão que é cara à CDU, que é mais do mesmo. É o habitual, não há qualquer compromisso relativamente aos investimentos, é opaco em muitas medidas, porque não se consegue descortinar quais, de facto, são as intenções deste Plano Plurianual de Investimentos mas, também, os documentos que o suportam, como disse há cerca de um ano. Monserrate continua a ser o parente pobre desta União de Freguesias; é difícil vislumbrar alguma intenção concreta. Já percebeu que não haverá outras preocupações, mas as casas de banho são uma preocupação em Monserrate. Não vê identificado pela CDU nesta Assembleia, outras. Claramente quais são as suas preocupações e intenções e que elas sejam claras. Não lhe parece, não o fará, nem nunca o faria, votar favoravelmente um documento que diz que na rua de Sangrenhosa a Junta vai gastar 40,00 Euros; 10,00 Euros por ano. Que na rua Calçada do Alto vai fazer o mesmo; 40,00 Euros, na Fonte do Branco, vai fazer o mesmo, na Travessa das Gandarinhas, o mesmo vai fazer. Depois, em outras, tem 5.000,00 Euros. É um arbítrio, é discricionariedade da Junta sem qualquer compromisso para com esta Assembleia e sem que possam ajuizar da bondade das escolhas futuras porque as presentes e as que são identificadas no documento, pensa que são caricatas inscrever este tipo de importâncias num Plano Plurianual de Investimentos. Isto não termina por aqui, porque se formos para o sistema de drenagem de águas residuais voltamos a ter mais do mesmo, onde são nomeadas as ruas: Ramalho Ortigão, dos Pescadores, da Infesta, da Tábua, Sebastião Pereira da Cunha, da Amizade, Sangrenhosa, Calçada do Alto. Dez euros cada ano é um grande investimento da Junta. Devia ser publicitado devidamente este alto investimento que se propõe fazer a Junta! Quando se passa para os outros aí sim temos uma verba que tem algum significado. -----

No que diz respeito a transportes e comunicações, transportes rodoviários, voltamos a ter mais do mesmo. A rua Ramalho Ortigão, rua de Ponte de Lima, a requalificação do passeio da rua Camilo Castelo Branco, também têm os 10,00 Euros. Sugerindo que para a próxima as casas de banho também podiam ter os 10,00 Euros, já agora. Dez Euros para as casas de banho de que todos, obviamente, sentimos necessidade, podia ser atribuída importância idêntica. Obviamente, o documento não merece, naturalmente, a aprovação. Não lhe parece que a Assembleia saia muito




3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 16

bem duma aprovação dum documento desta natureza. Era expectável, e disse-o, que tinha expectativas que este tipo de documentos fosse apresentado de uma forma mais transparente. Que fossem claramente identificadas quais eram, de facto, as intenções da Junta de Freguesia, quer no ano em que o documento é o principal documento, que é o ano de 2023, e depois, de facto, podemos admitir que nos anos seguintes, no Plano Plurianual de Investimentos possa haver, de facto, alguma reserva no que possam ser os investimentos seguintes, mas não lhe parece que atribuir dez Euros a dezenas de obras como refere o documento, não lhe parece que mereça aprovação, nem a Assembleia ficará muito bem aprovando um documento desta natureza. O Partido Socialista, obviamente, vota contra.-----

António Carvalhosa: indo de encontro às palavras proferidas pelo José Emílio, disse: na realidade, tudo o que de mau é da Câmara, tudo o que é de bom é da União de Freguesias. Tem que haver uma ligação muito forte entre a União de Freguesias e a Câmara para se ultrapassar determinados problemas. Também sabe que a Câmara investe muito na União de Freguesias e que não está reportado. Também sabe que a União de Freguesias também tem razão de que as verbas não lhe chegam, mas tem de haver, de facto, uma boa articulação entre estas duas entidades, porque os últimos são sempre os primeiros: são os fregueses. -----

Ricardo Forte: pediu a palavra para pedir explicações ao Executivo sobre despesa constante no orçamento, perguntando: o que é que estes entendem por comunicações, porque consta nas despesas do orçamento um valor de 7.000,00 Euros, se não viu em erro, e gostaria de saber o que é que é. -----

Tiago Oliveira: agradeceu a explicação dada pela Senhora Presidente do Executivo pela apresentação que fez, dando os parabéns ao Executivo pelas coisas que fez de mais positivas no último ano. Que a bancada da Coligação manifestou aqui várias vezes, através dele e pensa que algum colega seu também referenciou, como a Conceição fez agora, que sempre estiveram disponíveis para aquilo que o Executivo entendesse e podiam construir soluções, até para negociar com a Câmara Municipal soluções para toda a gente. O problema dos compromissos, sem saber o pormenor, têm consciência de que ele existe e não é um problema desta freguesia, exclusivamente, mas que tem impacto naquilo que fica para trás; naquelas intervenções que vão sendo elencadas e que depois não têm priorização. Ninguém percebe que prioridades dá a CDU em função do diálogo que tem conseguido estabelecer com a Câmara Municipal; que acaba por nunca ser transparente. E



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 17

há expectativas da população, que ao ver esta listagem pensa: a rua aqui onde eu vivo, se calhar é já para o ano, se calhar não é mesmo. Não se consegue ter esta transparência para o cidadão que acaba por desgastar a imagem de todos nós; mesmo das pessoas que não estão no Executivo, porque não conseguem esclarecer. Deu os parabéns pela quantidade de informação que está no Relatório, que é clara e não a acha opaca. Há relatórios mais extensos, mas genericamente está bom. Há, de facto, problemas de priorização, há um acumular de situações que vêm de trás, dando o exemplo de uma coisa que foi bem feita, para a qual também não foi falado, não foi pedida a colaboração do PSD, mas sabiam muito bem que o PSD opinou nesta Assembleia, por mais que uma vez, de alternativas. A Caixa Multibanco foi instalada no Campo d'Agonia, é óbvio que é uma resposta muito melhor, criada neste edifício. É um sucesso e devemos, todos, regozijar-nos por isso. Continuam disponíveis para ajudar naquilo que o Executivo, que a Senhora Presidente representa e tem duas forças políticas que nem sempre, certamente, estarão de acordo. Continuam disponíveis para falar com os elementos da CDU e do Bloco de Esquerda no Executivo e, obviamente, as bancadas. Mas, não tiveram uma inversão, e a Senhora Presidente sabe que mantêm uma excelente relação pessoal, apesar de não se cruzarem muitas vezes, mas sempre se cruzam, acha que há uma relação que é construtiva para o Executivo, e sempre assim foi, da sua parte, desde o início e, relativamente a isso, dá os parabéns à Senhora Presidente do Executivo. Não sentiram, no último ano, uma inversão de rumo, relativamente à colaboração que a CDU, agora coligação com o Bloco de Esquerda, no rumo diário da gestão. Efetivamente se não se cruzam na rua, cruzam-se aqui em Assembleia, de três em três meses. -----
Outras propostas que fizeram, no âmbito do Estatuto de Oposição, no ano passado, nem foram vertidas para aqui, nem nos disseram "essas não gostamos, mas gostamos destas". Como falaram no ano passado, agarraram sim, e bem, já referiu há pouco o Museu do Mundo Rural ou de algo parecido que pudessem debater e construir com a Câmara Municipal, não sozinhos, que foi esquecido. Obviamente a piscina Olímpica, sim, foi ideia deles e a Senhora Presidente, muito bem, mantém aqui a ideia e que devem lutar juntos por ela. Acredita, se calhar, que toda a Assembleia tem essa disponibilidade para apoiar o Executivo. Não vai entrar nos números porque são o que são. A capacidade negocial da Junta de alterar o rumo relativamente aos protocolos que vinham de trás é, isso, que acham que a Junta poderá tentar conseguir fazer diferente, fundamentando os critérios, apresentando a informação e as nossas dificuldades, mas fazendo sentir ao Executivo



Municipal, obviamente que isto é um diálogo, e que numa freguesia com muito mais território que as outras freguesias todas, com muitos problemas que nem sequer se coloca nas áreas rurais, e com muitos problemas de manutenção. Há uma responsabilização partilhada de diversos tipos de manutenção no espaço urbano, há que construir um diálogo diferente para poder ter um financiamento diferente, e nisso contará sempre com a colaboração da Coligação PSD/CDS. -

Presidente do Executivo, Maria Helena Brito: interveio para responder a todas as questões colocadas, começando por se referir ao coreto, dizendo o seguinte: o coreto, todos sabem que está em muito mau estado, mas a Câmara já se interessou por ele e ia mesmo intervencioná-lo juntamente com o cafezinho e com a pérgula, e toda aquela envolvente dos parques infantis. Ocafezinho sabem que vai ser concessionado, a pérgula está a aguardar um procedimento de adjudicação, certamente o coreto vai a seguir. Essas coisas estão no plano da Câmara, assim como estão outras e que são reivindicações do Executivo da União de Freguesias, como já referiu o José Filgueiras há pouco, como: o Centro de Saúde da Unidade de Saúde da Meadela e outros, que lutam por elas e estão agora a ser concretizadas. Há outras que a Câmara já anunciou: que vai intervir na rua Capitão Gaspar de Castro e na rua Ramalho Ortigão e no edifício da Academia de Música. Também o Executivo as tem no Plano. Há outras coisas que a Câmara vai fazer, e aplaudem, e congratulam-se e ficam muito contentes. É mesmo isso que querem, que a Câmara faça porque a União das Freguesias não pode. -----

Em relação aos apoios, realmente, gostariam que a Câmara apoiasse mais um pouco; não sabe se a culpa é do Executivo, se reivindicam o suficiente. Têm boas relações com a Câmara, não vai dizer que têm más relações. Este ano só receberam deliberações de 6.500,00 Euros, acha que não foi muito em relação àquilo que tem sido distribuído. Já disse ao Senhor Presidente que a coesão não é um critério matemático e há considerações mais importantes e não vai ser ela que se atravessa a dizer se a Câmara devia dar mais a A, a B ou C, nem sequer lhe passa pela cabeça que haja favorecimentos de outro tipo, mas a verdade objetiva é que a União de Freguesias só recebeu 6.500,00 Euros e foi da parte da Cultura, do Dr. Manuel Vitorino. A Câmara também não está a nadar em dinheiro e todos sabem disso. -----

Em relação às deliberações que estão em dívida, está na Informação do Presidente e estão a aguardar 47.277,60 Euros. Têm recebido sempre todos os meses 10.000,00 Euros. Isto é pago em relação a deliberações que já existiam antes de este mandato começar. Não sabe se era isto,



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 19

exatamente, que o Tiago Oliveira queria saber. Os valores estão no documento. -----

Outros compromissos, não têm outros compromissos garantidos, têm assim umas “aberturas”, mas vão continuar a defender a sua pretensão. -----

Quanto às contas, propriamente ditas, dos 10,00 Euros e dos 40,00 Euros que o Senhor José Emílio já no ano passado teve o mesmo discurso e a mesma intervenção, o Senhor José Emílio sabe muito bem que estas coisas são feitas por contabilistas, que têm regras, e que é preciso abrir rubricas, e que tem de se pôr lá um valor. Isso já lhe foi explicado, até o Senhor Bizarro na outra Assembleia se enervou um pouco. O Senhor José Emílio anda há muitos anos nestas Assembleias e sabe perfeitamente como isso é. -----

Depois destas explicações a Senhora Presidente do Executivo deu a palavra ao Tesoureiro do Executivo, para ele dizer o que são as “comunicações”, que acha que são as despesas que a União de Freguesias tem com telefones, e-mails e toda a informática que precisam ter os Polos de atendimento. -----

Rui Viana: a pedido da Senhora Presidente do Executivo e na qualidade de Tesoureiro do mesmo, interveio e disse: que há pouca coisa a explicar. Ao José Emílio não há nada a explicar, porque quem for à Assembleia Municipal de amanhã, o documento que está em apreciação é igual a este; tem rubricas de 100,00 Euros. É mais um bocado que o da União de Freguesias que é 10,00 Euros. A Assembleia Municipal são 100,00 Euros, mas também o orçamento municipal é diferente do da União de Freguesias. Isto é explicado porque contabilisticamente é obrigatório abrir a rubrica com uma verba, e eles abriram com 10,00 Euros. Provavelmente não irão fazer nada naquela rua, se não conseguirem o apoio da Câmara Municipal é evidente que não se faz uma obra, como é o caso da rua do Monte, que se iniciou em 2020 e está concluída, e a Câmara ainda deve à União de Freguesias 12.700,00 Euros. Por isso, é preciso ter a rubrica aberta com uma verba para depois se avançar para a obra. É evidente que não é com 10,00 Euros, mas contabilisticamente tem que estar lá. Admira-se que o José Emílio faça esta pergunta. Se fosse uma pessoa que nunca tivesse estado em nenhum lado, tinha lógica. O José Emílio, amanhã, vai aprovar, por ele aprova sempre, o orçamento da Câmara Municipal com 100,00 Euros por rubrica. -----

Relativamente às comunicações: é a internet, é o telefone, os fotocopiadores, os correios, é tudo isto. -----



Aproveitou para acrescentar mais um dado ao que foi dito pela Senhora Presidente quando disse que a Câmara deve 47.000,00 Euros, nesta altura, de deliberações tomadas, mas de deliberações que falta tomar, e que estão mais ou menos acordadas, anda nos 70.000,00 Euros. Que convém referir, se tivessem este dinheiro todo poderiam fazer muito mais. -----

José Emílio: interveio para dizer ao Rui Viana e à Senhora Presidente que eles, habilidosamente, desviaram as atenções. Que para ele uma coisa ficou clara, quando a Senhora Presidente diz que a Câmara vai fazer a obra da rua Ramalho Ortigão. Presume que é uma esmola da Junta os 10,00 Euros. A Junta cativou 10,00 Euros de esmola para contributo da obra da Câmara. Mas desviou do que é essencial, omitindo o que são, de facto, as verdadeiras intenções e as rubricas significativas são os Outros. O que era desejável, é que a esta Assembleia a Senhora Presidente da Junta dissesse quais são as verdadeiras intenções e quais vão ser, de facto, os investimentos feitos, porque já sabem que não vai fazer neste. Isto e tão só é o caricato de se aprovar. -----

Relativamente ao Rui Viana, faremos a discussão no próximo ano, o que são os 100,00 Euros da Câmara e o que são os 10,00 Euros de investimento no Plano Plurianual Investimentos. Não é da mesma coisa que estamos a falar. E, relativamente a isso, veremos se ele aprova ou não aprova amanhã. -----

José Calçada: interveio para dizer: que este Plano é um Plano sem grande imaginação social. Pensa muito ou está preocupado nas estruturas e pensa pouco nas pessoas. Perguntando: a que se deve isto? Que em Viana do Castelo os munícipes mais desfavorecidos aqui não estão convenientemente tidos em conta. -----

Presidente do Executivo, Maria Helena Brito: interveio para dizer: que compreende a preocupação do Senhor Dr. Calçada, mas, de facto, a Junta faz o que pode em relação aos desfavorecidos, e acha que até faz bastante, porque se preocupa em ajudar as pessoas. Não lhe parece que haja muitas queixas da parte da população, nesse campo. A Junta orienta e trata as pessoas com toda a humanidade e com todo o cuidado. Pagam contas, inclusive, de pessoas que estão aflitas e que não conseguem pagar. Até não vale a pena falar mais, mas pagam. Basta dizer isto. Arranjam maneira de pagar. É só isto. -----

Tiago Oliveira: relativamente à questão que a Senhora Presidente está a colocar. Para conseguirem perceber melhor o que se passa em termos de realidade financeira na relação com o município, quando oportuno, agradecem que lhes seja fornecida uma listagem de compromissos pré 2021 e os



compromissos que este Executivo conseguiu firmar com a Câmara Municipal. Depois também é mais fácil perceber quando se fala daquela quantia. Perguntando: se quando o Rui Viana referenciou que os quarenta e sete mil e tal mil e os setenta e tal mil é o somatório das duas importâncias que consta do Plano e Atividades que dá os cento e tal mil; estão a juntar os dois valores. É isso?-----

Dando o exemplo de uma oportunidade de tomarem iniciativas que são importantes para a freguesia, na leitura deles, que podem não ser para o Executivo CDU/BE, que foi o debate que conseguimos empreender sobre a Estação dos Caminhos-de-ferro, ainda que tivessem ideias diferentes com o compromisso, pareceu-lhe que ia haver um esforço do Executivo para perceber o que está ou não está a ser licenciado. Não recebeu contacto da Senhora Presidente do Executivo, não têm informação, não lhes remeteu informação nenhuma nem esclarecimento. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: interrompe a intervenção que o Tiago Oliveira estava a fazer por não ser assunto em discussão neste ponto da Ordem de Trabalhos, informando-o que o pode fazer, se quiser, nos “outros assuntos de interesse para a freguesia” da Ordem de Trabalhos. -----

Presidente do Executivo, Maria Helena Brito: em relação à questão da Estação referida pelo Tiago Oliveira, disse que sabe que assumiu esse compromisso, mas não disse datas, não disse quando. Portanto isso está, ainda, de pé. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: termina as intervenções sobre a proposta apresentada pelo Executivo sobre as Grandes Opções do Plano, do Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal para o ano de 2023, pôs o documento à votação, que obteve o seguinte resultado: nove (9) votos contra, oito (8) votos a favor e zero (0) abstenções. A proposta foi rejeitada por maioria. -----

C.5 - Toponímia – novos arruamentos em Monserrate (doc. nº 18). -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: antes de dar a palavra à Senhora Presidente do Executivo para fazer a sua exposição, informou que a Mesa e ele em particular, recebeu uma proposta do Executivo a ser apresentada à Comissão de Toponímia, ao fazer a convocatória cometeu um erro, do qual já se penitenciou pessoalmente, ao não convocar o Senhor José Emílio, que estava indicado pelo Partido Socialista, no início do ano; mandou um e-mail que não foi dirigido



a ele, por lapso, do qual se penitencia perante a Assembleia, tendo-o já feito pessoalmente. -----

De seguida deu a palavra à Senhora Presidente do Executivo para expor a sua proposta. -----

Presidente do Executivo, Maria Helena Brito: começou por informar que a proposta de Toponímia resulta de um pedido feito pela Câmara Municipal para atribuição de números de polícia, embora entretanto a questão dos números de polícia tenha sido ultrapassada porque, para não atrasar a identificação dos edifícios que foram construídos nos terrenos da antiga Somartis e que são o supermercado ALDI e um estabelecimento de restauração, usou-se o estratagema de identificar esses prédios através das ruas já existentes: a rua de Monserrate e a rua Dr. Pedro Barbosa. Inicialmente, a Câmara pediu a atribuição de nomes a três ruas, depois transmitiu que poderia ser apenas duas ruas. Falou-se com a Arquiteta Marta e definiram-se, mais ou menos, quais seriam os trajetos das ruas, conversando também sobre a hipótese de atribuir nome à rotunda. No Executivo, propuseram alguns nomes e escolheram dois que, como sugestão, enviaram à Comissão de Toponímia. A Comissão de Toponímia entendeu escolher outros dois nomes. A Comissão reuniu só com duas pessoas. Numa reunião extraordinária do Executivo, pareceu-lhes que seria melhor votar aqui na Assembleia todos os nomes propostos, para que se encontrasse um consenso mais alargado e a proposta a fazer à Câmara fosse mais bem estruturada com as opiniões de toda a gente. É isso que propõe, agora, que se faça. Os nomes estão na proposta, se houver alguma dúvida, está disponível para a tirar. -----

José Emílio: relevou a gentileza do Senhor Presidente da Mesa que teve o cuidado de o esclarecer sobre o ocorrido relativamente à convocatória para a reunião da Comissão de Toponímia. Que não se sente minimamente melindrado, mas que, obviamente, tem uma opinião sobre a matéria, que não pôde expressar na reunião da Comissão de Toponímia, mas que o fará hoje aqui na Assembleia e apresentará as propostas do Partido Socialista relativamente à solicitação da Câmara Municipal, e aquilo que lhes parece ser as melhores soluções. Já expressou, na última reunião da Comissão de Toponímia, que devia haver o cuidado de fazer as devidas justificações das propostas que são feitas em primeiro lugar à Junta de Freguesia e depois à Câmara Municipal, porque é esse o nosso dever, assim o fazer. Uma das propostas foi corrigida no início desta Assembleia pelos proponentes, do qual recebeu o documento que justifica a atribuição de essa honra a uma determinada proposta. Noutros casos, estarão melhor justificadas ou menos bem justificadas. Obviamente, que aquilo que será uma sua proposta, mas não poderá deixar de fazer o reparo, de que nas propostas deve haver



o cuidado de como são feitas. Não conhece ninguém que tenha nascido em São Sebastião da Pedreira, em Lisboa, e seja um açoriano, como é dito na proposta. Não é que não seja a proposta que o Partido Socialista propõe pelas designações, mas é o cuidado que é preciso ter nas propostas. Teve o cuidado de ler toda a documentação e isso surge no que diz respeito ao Lucílio Valdez. É isso que está na justificação dessa proposta. -----

São propostas designações de dois arruamentos e um deles parece-lhe muito pouco nobre para que conste das propostas que foram apresentadas, ou seja, o troço de arruamento que liga a rua Dr. Pedro Barbosa e o outro arruamento também objeto das várias propostas, é um arruamento que fica nas traseiras do ALDI e nas traseiras da rua Dr. Pedro Barbosa, o qual não tem uma utilização que justifique a atribuição de números de polícia e, portanto, não terá nenhuma importância; parece-lhe um arruamento menor para atribuir a qualquer uma das figuras que foram propostas em diferentes momentos e que conduziram a esta Assembleia. A proposta do Partido Socialista, dada a situação da Câmara Municipal e, eventualmente por alguma necessidade, que não consegue descortinar hoje, de ter neste arruamento os números de polícia, parece-lhe mais razoável usar uma figura que se usa na toponímia, que é a Travessa Dr. Pedro Barbosa. É uma Travessa que entronca na rua principal, e que nestas circunstâncias, lhe parece mais razoável esta designação do que atribuir à Olga Roriz o nome deste arruamento ou a outro qualquer dos nomes que são propostos. Esta é a proposta do Partido Socialista, que se designe por Travessa Dr. Pedro Barbosa. -----

Relativamente ao outro arruamento, já teve a oportunidade de manifestar que a proposta do Partido Socialista é que seja atribuída ao Lucílio Valdez, por todo o mérito que ele teve, por todo o trabalho que construiu em Viana do Castelo e ainda não ter sido reconhecido desta forma. Parece-lhe ser justa esta homenagem, e que ela seja feita, designando o arruamento em causa que liga a rua de Monserrate e a futura ligação ao Bairro do IRHU, rua da Escola Técnica, que não lhe parece assim tão simples que venha a ocorrer, mas de qualquer forma é o projeto, é a intenção, do arruamento que lá está definido. Muito estranhamente vê entre as propostas nomear rotundas. Pode ser um trabalho árduo, pode ser interessante para todos nós identificar todas as rotundas que existem na União de Freguesias e a todas elas atribuir nomes. Não lhe parece digno, eventualmente a haver uma designação que em configuração parecida com esta terminologia, seria a designação de uma praça que às vezes têm umas rotundas. Já teve a oportunidade de ler, na documentação



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 24

que lhe foi endereçada, a designação própria conhecida popularmente como rotunda do Marquês, mas a sua designação verdadeira é Praça do Marquês. Não conhece nenhum exemplo nem a função das rotundas com designações que pretendam homenagear figuras insignes, destacadas figuras da cultura, do desporto. Não lhe parece que seja razoável fazer uma proposta a esta Assembleia e aprovar uma proposta com uma determinada designação, muito menos, nestas circunstâncias ao Dr. Francisco Sampaio que merece outra honra e outra dignidade que uma rotunda que nesta altura é pasto dos automóveis que descem e sobem a avenida. Se esta for a proposta a votar nesta Assembleia, retirar-se-á da sala e não participará numa votação desta natureza, pelas razões que já enunciou. -----

José Filgueiras: pediu para intervir para explicar um lapso na biografia do Lucílio Valdez, quanto à sua naturalidade. Este lapso deve-se pelo seguinte: o Lucílio Valdez nasceu em Lisboa, na freguesia de São Sebastião da Pedreira, foi muito novo para os Açores e ele considerava-se açoriano. Conviveu com ele culturalmente e socialmente desde 1972, até ao fim da sua vida, e estava incutido nele e em todos os que com ele conviviam diariamente, que ele era um açoriano. Isto acontece porque ao fazer o texto o seu pensamento vai por aí. Ele, efetivamente, nasceu na freguesia de São Sebastião da Pedreira, em Lisboa. Com 9 anos foi para os Açores e ele manifestava-se e dizia: “eu sou açoriano”. Foi isto que levou a este lapso, se assim o quiserem considerar, mas o seu raciocínio inclina-se para aquilo que ele pensava de si próprio. -----

Tiago Oliveira: o Partido Socialista aparentemente, de facto, não terá tido a oportunidade de colaborar com o PSD/CDS na Comissão de Toponímia. A Comissão de Toponímia acabou por aflorar coisas que foram debatidas nos anteriores que o Senhor Presidente não teve a oportunidade de conhecer e que estavam relacionadas, de facto, com critérios. O José Emílio falou de algumas coisas dessas, nomeadamente, coisas que falou lá dentro como, por exemplo: a homenagem de pessoas em rotundas. A rotunda é uma solução de trânsito, não uma rua. A Câmara Municipal, efetivamente, pede que se resolva o problema dos números de polícia. Isso coloca-se relativamente às ruas ou arruamentos; as travessas terão sempre muito menos números de polícia. Qualquer tipo de arruamento está nessas circunstâncias, uma rotunda não está. Hoje, uma rotunda, é no entender de muitas pessoas, é um espaço verde no meio de um obstáculo que um carro não deve galgar, mas amanhã, se for preciso, é alcatrão outra vez, e riscos brancos ou amarelos. -----



Achou que a reunião da Comissão de Toponímia decorreu muito bem, dando os parabéns ao Senhor Presidente pela condução dos trabalhos, tendo em conta que não estava no mandato anterior, tarefa que o Rui Viana conhece muito bem. Para o futuro ficou uma reflexão importante, na sua opinião e das pessoas que tiveram a oportunidade de estar lá, e que deverá ser alargado, obviamente, ao Partido Socialista e ao Bloco de Esquerda, que também não teve a oportunidade de estar presente, para definirem os critérios sobre como homenagear pessoas na Toponímia, como o fazer; não vai haver ruas para toda a gente. Pode haver outro tipo de homenagens que não seja necessariamente em Toponímia. Fez-se um caminho nesse sentido, para o futuro, se se mantiver a Comissão de Toponímia. Espera que sim, é o que está em vigor. Manifestou, obviamente, dentro da Comissão de Toponímia que esta faz sentido existir se o Executivo pede opinião a esta Comissão, previamente. Mesmo tendo opinião, não o faça previamente em público, colocando as propostas/sugestões numa ata. O Executivo não entendeu assim e não sabe se vão querer falar do assunto ou não. Também compreende a posição do José Emílio, agradecendo a forma como este apresentou a sua opinião. -----

A sua questão para o Senhor Presidente da Mesa, neste momento, e tendo em conta que o Partido Socialista não teve a oportunidade de estar representado na reunião da Comissão, se a proposta que o José Emílio acabou de fazer verbalmente é uma proposta válida ou ele vai formulá-la à mesa. Da sua parte, se os seus colegas concordarem, pensa que a proposta pode ser válida verbalmente. Questionou que tendo em conta o argumento que a Senhora Presidente usou há bocado, antes ou depois do José Emílio falar, não se recordando, a questão da pouca participação. A Comissão de Toponímia e as pessoas que puderam e participaram na reunião, não têm culpa que alguns tenham decidido faltar ou não tiveram a oportunidade de estar presentes. O argumento que a Senhora Presidente usou, neste caso não se aplica porque o Partido Socialista não teve culpa. Acha de deve ser aberta a porta para que eles, se o Senhor Presidente da Mesa assim entender, nem precisam formalizar em papel, ou formalizarão. -----

Pode ser importante para a decisão da CDU e do Bloco de Esquerda, para a decisão do Executivo, o Bloco de Esquerda tem outro representante na Assembleia. -----

Têm de perceber, em função do que o José Emílio apresentou agora, e da proposta que fará chegar à Mesa, gostava de perguntar ao Partido Socialista, se eles quiserem falar, dizer, ou deixar transparecer alguma coisa, se a bancada toda se ausenta daqui da Assembleia ou se é apenas uma



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 26

posição pessoal. Se o Executivo está disponível para retirar alguma proposta ou como vê a proposta do José Emílio, para todos poderem perceber o que querem fazer a seguir. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: antes de dar a palavra à Senhora Presidente do Executivo para responder às questões colocadas, interveio para dizer que o Presidente da Mesa e a Mesa aceita, tem de aceitar e deve aceitar a proposta que o José Emílio fez. Não quer dizer que sejam as únicas propostas porque há mais propostas assinaladas, mas tem de aceitar a proposta. --- É evidente que não vai ser pedido que o José Emílio escreva num papel aquilo que já disse verbalmente. -----

Presidente do Executivo, Maria Helena Brito: interveio para dizer que existem rotundas, com nomes, em Viana: rotunda do Pescador, rotunda Frei Bartolomeu dos Mártires e a rotunda Cidade Saudável, junto ao hospital. Não sabe se há mais alguma, mas estas três, pelo menos, existem. Não quer falar muito mais sobre o assunto porque acha que a Assembleia, agora, deve pronunciar-se sobre os nomes que estão em cima da mesa. Acha que não vão retirar nenhum dos nomes porque não há necessidade de retirar. As pessoas votam e, se rejeitarem, rejeitaram, acabou. Se acharem bem, votam a favor, se acharem mal, votam contra. -----

José Emílio: há uma proposta concreta do Partido Socialista, relativamente a um dos arruamentos, e que lhe parece ter sido claro sobre o que é a proposta em concreto. Pode vir a redigi-la se assim entenderem, mas as considerações são muito simples e não tem a mesma necessidade de especificar um nome ou uma organização. É a perspetiva deles e de quem representa o Partido Socialista e daí não suscitar dúvidas. Quando a Senhora Presidente da Junta diz que há a rotunda do Pescador e há outras rotundas, é a mesma coisa que a rotunda do Marquês, em Lisboa, não existe uma designação de Toponímia. Se assim for, muitas outras rotundas haverá, com outras designações, como na rotunda junto à igreja da Sagrada Família, temos a rotunda dos bombeiros, na Meadela a rotunda dos Rotários. Não é verdade, as homenagens fazem-se, releva-se a atividade, dá-se destaque a uma organização ou eventualmente a um conjunto de pessoas, como é o caso do monumento escultório dos Pescadores e naturalmente, popularmente, acaba por ter essa designação. Não crê que na Toponímia, nos números de polícia, exista algum número na rotunda dos pescadores; há-de ser da Praça General Barbosa, noutra arruamento não existe essa designação. Às designações que se popularizam, não tem nenhuma objeção a isso, mas não lhe parece ser acertado ou assertivo fazê-lo e, por isso, numa atitude individual, manifestou, se assim



for, de não participar na votação. Que fique claro que se trata de uma posição pessoal, não determina o posicionamento do Partido Socialista nem do Grupo do Partido Socialista, é uma questão, no seu caso, de consciência na não participação. -----

Tiago Oliveira: a Coligação PSD/CDS pede cinco minutos de interrupção dos trabalhos da Assembleia, que foi concedida, pelo Presidente da Mesa, recomendando que o tempo pedido não fosse ultrapassado, para não atrasar mais os trabalhos. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: depois de terminado o tempo de cinco minutos de interrupção dos trabalhos da Assembleia, solicitado pela Coligação PSD/CDS, deu por reiniciados os trabalhos, perguntando aos membros da Assembleia se tinham mais algum assunto a falar sobre o assunto da Toponímia dos novos arruamentos, antes de pôr à votação. -----

Antes de passar à votação explicou qual a metodologia a seguir. Em primeiro lugar e visto que as propostas se mantinham pôr à votação a rotunda. Em seguida, o arruamento que vai ter à rua de Monserrate, com os quatro nomes que constam na proposta da Junta e da Comissão de Toponímia, que a Junta resolveu juntar. De seguida, a outra rua que o José Emílio, em nome do Partido Socialista, propôs o nome de Travessa Dr. Pedro Barbosa. Para esta Travessa são postos à votação os três nomes que “sobrarem” da primeira votação, em conjunto com a proposta do Partido Socialista, da Travessa Dr. Pedro Barbosa. Perguntou, ainda, à Senhora e Presidente e aos restantes membros da Assembleia se concordavam com esta metodologia. -----

Tiago Oliveira: pede desculpa e interrompe para dizer que se calhar não perceberam todas da mesma forma a última parte. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: repetiu tudo o que tinha dito antes sobre a metodologia a seguir para a votação, para tirar a dúvida que o Tiago Oliveira tinha. -----

Tiago Oliveira: refere que em Comissão de Toponímia foram definidos já os nomes para cada trajeto. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: responde dizendo: que na Comissão de Toponímia foram ditos dois nomes para duas ruas, não definiram qual era este e qual era aquela, não é isso que está na Ata. Perante a insistência do Tiago Oliveira, o Presidente pede desculpa, mas não estão a discutir a proposta da Comissão de Toponímia porque, esta proposta, foi apresentada ao Executivo da Junta. Estão a votar a proposta do Executivo da Junta, e com a chegada da proposta do José Emílio. -----



Tiago Oliveira: insiste, que a proposta do Executivo da Junta foi encaminhar para a Assembleia a proposta da Junta e a proposta da Comissão de Toponímia. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: volta a referir que foram os nomes propostos, não foi A para esta ou B para aquela rua. -----

Tiago Oliveira: não concorda que eles possam mexer no trabalho que a Comissão fez, presidido pelo Presidente da Mesa. Podem, avulsamente, mandar os nomes que entenderem deles, mas eles, tal como o Rui Viana disse por e-mail ao secretário que fez a Ata, esta é para assinar e esta proposta segue para a Assembleia, dirigindo-se ao secretário, perguntando se concordava. Portanto, está na Assembleia a votação a solução que a Comissão de Toponímia definiu, e os membros aqui presentes podem ou não concordar com ela, e isso vai a votação. Nessa proposta, a unanimidade que saiu da Comissão foi: rua das setas amarelas, para simplificar quem tinha dúvidas. O próprio Rui Viana disse ao secretário, ao Cândido: Ata para assinar e seguir para a Assembleia. Depois eles debateram o tema em Executivo, e tudo bem.-----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha responde: a Comissão de Toponímia acordou em dois nomes, o Executivo da Junta apresentou dois nomes, e vão ser esses quatro nomes que vão ser apresentados a votação. Que nunca e em nenhuma circunstância se tinha decidido, e na junta, que era a rua A ou B, que seria em face da proposta do Partido Socialista para um determinado arruamento. Então não poderia aceitar a proposta do Partido Socialista para aquele determinado arruamento porque o Partido Socialista propôs para aquele determinado arruamento, não propôs para o outro. Portanto é o que têm de pôr à votação. -----

Tiago Oliveira: diz que pode ser votado rua a rua e é claro que pode propor. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: responde, que pode propor, mas não propôs. Propôs exatamente para aquela rua e têm quatro nomes para as outras duas ruas. -----

Tiago Oliveira responde: que o próprio Executivo definiu as ruas e na proposta final da Comissão de Toponímia, o colega José Filgueiras pode ajudar, foi definido as ruas; sabe bem o que escreveu da sua proposta e ficou para a Ata final. Para simplificar, até pôs a cor das setas, mas, também, designou qual era a rua, disse onde começava e acabava a rua. Foi essa a unanimidade da Comissão de Toponímia. O Partido Socialista pode fazer propostas como bem entender, só para uma rua, só para duas, tal como, até podiam dizer, se quisessem, em bloco: nós propomos que não exista na



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 29

rotunda, e teriam de votar. É legítimo, também, porque a votação já saberiam que era sempre separada. E se o Executivo, também, disse na proposta que faz a esta Assembleia, teriam de votar.--

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: depois de ler a Ata da Comissão de Toponímia, para tirar dúvidas, verificou que era verdade, e está na Ata o que o Tiago Oliveira referiu, pedindo desculpa. Embora não tivesse sido esse o entendimento e que, também, não era o entendimento do Executivo. Na Ata da Comissão de Toponímia realmente estão definidas as ruas. A proposta do Executivo não é essa e não estão aqui assim para aprovar a proposta da Comissão de Toponímia. Estão aqui assim porque a Comissão de Toponímia reuniu, entregou ao Executivo as conclusões que achou e o Executivo fez uma proposta. Pensa que a Senhora Presidente do Executivo até tinha aceitado a metodologia que pôs. -----

Presidente do Executivo, Maria Helena Brito: percebe o que o Tiago Oliveira está a dizer ou julga perceber. O Tiago ao querer seguir essa metodologia inicial de definir as ruas, está a querer que para a rua que começa na rua de Monserrate e vai até às traseiros do bairro do IRHU se votem só dois nomes, o nome que o Executivo propôs para aquela rua e o nome que a Comissão de Toponímia propôs, será Louis Stevens e, supõe, Augusto de Oliveira. Para a outra rua que começa na Dr. Pedro Barbosa e que vai entroncar na primeira, seria votado, somente: Olga Roriz, Lucílio Valdez ou Travessa Dr. Pedro Barbosa. Acha que é isso que o Tiago está a propor. -----

Tiago Oliveira: intervém para dizer: que não sabe se é isso que o Presidente quer. O que percebeu é que o Presidente está a espalhar os nomes por todas. Foi isso que ele percebeu. Acha que é a lógica que a Presidente percebeu. -----

Presidente do Executivo, Maria Helena Brito esclarece: o que está a dizer é que o Tiago está a pretender que seja assim. O que o Executivo propôs não foi isso. O que está na proposta da Ordem de Trabalhos é que os nomes sejam votados por exclusão. Que se proponham os quatro para o primeiro arruamento e, como disse o Senhor Presidente da Mesa, o que sobrar, depois de ter sido escolhido um, escolher-se-ia dos restantes um segundo nome, acrescentando a Travessa, para se definir o nome da segunda rua. Isto são tudo propostas que vão fazer à Câmara e podem não ser aceites. Se querem votar aqui uma metodologia ou outra podem votar, não faz questão que se faça conforme a sua proposta e pode retirá-la. Se acham que é melhor reduzir para dois nomes em cada rua, tudo bem. Não sabe se é preciso votar isso primeiro. -----



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 30

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha responde: que será preciso votar, porque o que estava inicialmente proposto pela Junta e que acha ter interpretado bem, que era o método que ele explanou. Agora, podem alterar, e se houver uma proposta para fazerem a votação de uma determinada maneira, podem fazê-la. -----

José Emílio: neste caso, se os termos são estes, o Partido Socialista teve o entendimento, embora não tivesse participado na reunião de Toponímia, que as propostas seriam todas sufragadas em função dos arruamentos. Portanto, implica que se for a metodologia que aparentemente é sugerida e terá sido eventualmente acordada na Comissão de Toponímia, decorrerá da sua intervenção que, também, o Partido Socialista tem uma proposta para o arruamento que vai da rua de Monserrate ao bairro do IHRU, que será o nome do Lucílio Valdez. No caso de não ser esse o nome acordado para ser proposto para aquele arruamento, o Partido Socialista, porque não teve oportunidade antes, propõe agora que o arruamento com início na rua de Monserrate e fim no bairro do IHRU, seja: Lucílio Valdez. -----

Jaime Caridade: pergunta à Mesa se esta votação não pode ser adiada. Fazer-se nova reunião da Comissão de Toponímia para se chegar a um consenso. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha respondeu: a Câmara pediu e nova Assembleia só daqui a três meses. Não se vai fazer uma Assembleia de propósito só por causa disso. -----

Têm mais um elemento, mas continua a pensar que a maneira mais fácil de resolver isto é a metodologia que ele disse no início. Agora, se não concordarem com ela vão ter de reformular tudo.-----

Não havendo mais intervenções pedidas nem a apresentação de propostas sobre como vão votar, passou à votação nos termos que sugeriu no início. Posta a votação uma proposta de atribuição do nome do Dr. Francisco Sampaio à nova Rotunda da zona de Monserrate, entre a Rua de Monserrate e Avenida 25 de Abril. A votação deu o seguinte resultado: doze (12) votos a favor e quatro (4) votos contra, tendo sido **aprovada por maioria**. Durante a votação ausentou-se da sala da Assembleia o eleito José Emílio.-----

Antes da votação para os arruamentos voltou à sala da Assembleia o eleito José Emílio. -----

Propostos os nomes Lucílio Valdez, Luís Augusto de Oliveira, Louis Stevens, Olga Roriz e, apenas, para o aqui designado segundo (2º) arruamento, Travessa Dr. Pedro Barbosa. -----



3.º Mandato
Ata n.º 5
Pág. n.º 31

O **1ª Arruamento**: entre a Rua de Monserrate e o Bairro do IRHU: LUCÍLIO VALDEZ recolheu doze (12) votos a favor; -----

2º Arruamento: entre a Rua Dr. Pedro Barbosa e o aqui designado 1º arruamento: LUÍS AUGUSTO DE OLIVEIRA recolheu dez (10) votos a favor.-----

As cinco propostas iriam votadas uma a uma; dado o número de votos recolhidos nas primeiras votações não foi necessário, pelo número de eleitos, proceder às restantes votações. -----

C.6. Outros assuntos de interesse para a freguesia: -----

Presidente do Executivo, Maria Helena Brito interveio e disse que tem de se resolver a questão do Orçamento ter sido reprovado, coisa que não esperava, principalmente porque os Senhores foram todos convidados para dar contributos; ninguém foi excluído nem deixaram de convidar, nem deixaram de enviar as coisas a tempo e horas. Sabe que o PSD não estava em condições de reunir os quatro elementos, e até se justificou que não iam comparecer. -----Não se sentiu nada confortável com os votos contra. Noutras circunstâncias aceitaria. Pensa que podem trabalhar. O País já esteve com um orçamento rejeitado, a duodécimos, e “ninguém morreu”. Com certeza que irão resolver o problema e vão discutir esta questão em reunião do Executivo na próxima segunda ou terça-feira. -----

Tiago Oliveira: interveio para esclarecer que num documento que a Senhora Presidente ou o Executivo escreveram em que diz o PSD não compareceu, não podia reunir a equipa. Que transmitiu, abertamente pelo telefone, que não iriam participar, não era uma questão de estarem todos ou não estarem. A Senhora Presidente também não lhes fechou a porta e disse: que era um processo e não estava fechado. Disseram abertamente que não participariam. -----

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO-----

Sem intervenção do público. -----

A Ata foi aprovada em minuta, para surtir efeitos imediatos, tendo merecido a unanimidade dos presentes. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: antes de dar por encerrada a sessão, *desejou um ótimo Natal esperando que o Ano de 2023 seja melhor que o de 2022 e muita saúde para todos.*

No final, depois de lida a presente ata, composta por trinta e duas e duas e duas e duas e duas folhas devidamente numeradas e rubricadas, a Assembleia de Freguesia deliberou aprová-la e vai ser assinada por quem a presidiu e por Cândido José Maciel Carvalho e Maria Margarida Pereira



Borges Gonçalves, que a secretariaram.-----

----A reunião foi encerrada às zero horas e vinte e cinco minutos.-----

O Presidente da Assembleia da União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior, Monserrate) e Meadela



José Manuel Silva da Cunha

1º Secretário da Assembleia da União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior, Monserrate) e Meadela



Cândido José Maciel Carvalho

2º Secretário da Assembleia da União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior, Monserrate) e Meadela



Maria Margarida Pereira Borges Gonçalves